

Parlamentar falta, mesmo com desconto

Leandro Abreu

37
Nem mesmo o decreto legislativo que estabelece um desconto de 1/30 do salário por cada falta de um deputado é suficiente para estimular o comparecimento em plenário e, até mesmo, nas dependências da Casa. Preocupados em melhorar a imagem do Legislativo perante a opinião pública, os parlamentares apóiam a "operação caça-fantasmas", mas se esquecem que a moralização pretendida depende também de sua frequência regular.

A falta de quórum constante levou o presidente do Congresso senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), a dar um recado áspero aos seus colegas na sessão de quarta-feira à noite: "Não podemos nos defender das críticas sem comparecer ao plenário". Naquela sessão, a lista de presença registrava mais de 380 deputados na Casa, só que, em

plenário, a realidade era outra. Quando o painel eletrônico mostrou o resultado da única votação, o senador Nelson Carneiro teve a decepção de constatar a presença de apenas 165 deputados e senadores.

Tentativa

De maneira curiosa, alguns parlamentares tentaram chegar à sessão para registrar presença, dentre eles o primeiro-vice presidente da Câmara dos Deputados, Inocêncio Oliveira (PFL-PE). Atrasado, Inocêncio solicitou ao Presidente do Congresso que sua presença fosse registrada, apesar de ter ficado ausente do plenário durante toda a sessão.

Hoje, os deputados percebem mensalmente um salário bruto de NCz\$ 5.976,68, sendo que o desconto diário por falta representa NCz\$ 199,22. O decreto legislativo, que

foi aprovado no final do ano passado, só começa a ser aplicado este mês, já que o ano legislativo teve início no dia 15 de fevereiro. A Mesa da Câmara não informou se o desconto será feito com base na lista de presença na sessão ou na de frequência à Casa.

Se prevalecer a frequência nas dependências da Casa, o desconto em folha de pagamento terá influência mínima em relação à presença nas sessões. No outro caso, no entanto, a reação é mais positiva. Essa experiência já ocorreu durante os trabalhos da Constituinte, quando o deputado Ulysses Guimarães decidiu enfrentar a falta de quórum com a punição econômica. A Constituinte, depois deste ato, só deixou de funcionar por falta de quórum quando não havia acordo sobre o tema em votação.



Carneiro advertiu os congressistas para as críticas, indefensáveis se não houver comparecimento